

ATA DA 102ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMGDT

Aos oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, às dezoito horas e trinta minutos, em segunda chamada, deu-se o início da 102ª reunião extraordinária do Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial do Município de Itajaí – CMGDT, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Comunicação Social – SECOM, na Prefeitura de Itajaí, situada na Rua Alberto Werner nº 100, Vila Operária, neste Município, onde se fizeram presentes os seguintes conselheiros, representando suas respectivas entidades: o Presidente do CMGDT, Sr. Rodrigo Lamim, o Sr. Ricardo Rebello da Cunha e o Sr. Daniel Moojen Lemos, representando a Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU), Sra. Valdete Cardoso – Secretaria de Habitação, Mauro Renato Marcelino – Secretaria da Fazenda, Sra. Adriene Carloto – Secretaria de Turismo, Sr. Gibran Scolari – Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, Sra. Evelise Moraes Ribas Wiersinski - Fundação Genésio de Miranda Lins, Sra. Flávia Cristina Fanta Sehn – Associação dos Moradores do km 12, Baía e Paciência, Sr. Josemar Siemann – Associação dos Moradores do Bairro São João, Sra. Maria Inês Freitas dos Santos – Associação dos Moradores de Cabeçadas, Sra. Claudia Regina S. P. Severo – Unibrava, Sr. Marcio Cristiano Dorneles Dias – Aprobrava, Sr. Eduardo Luís Agostini da Silva – Sindicato da Indústria da Construção Civil dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (SINDUSCON), Sr. João Paulo Kowalski – AREA, Sr. Luis Fernando Butwilewicz – Rotary Club Itajaí Norte, Srta. Elen Cristina Soares Neves – Agenda 21. **I – abertura e informes da presidência:** O Presidente agradeceu a presença de todos, pediu desculpas pelo cancelamento da reunião ordinária que ocorreu devido a força tarefa resultante da substituição da empresa de transportes coletivo, justificou as ausências dos representantes da Secretaria de Segurança, Associação dos Moradores do BNH e CRECI, solicitou o registro em ata da substituição de membro representante da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, onde saiu o titular Sr. Alexandre Schmit Balbino, assume como titular o Sr. Gibran Scolari e é nomeada a Sra. Danielle Cristina Dias como nova suplente, na Agenda 21 saiu a suplente Srta. Sabrina Schneider e assume a Srta. Elen Cristina Soares Neves, na Unibrava saiu a titular Amanda Schneider, assume a titularidade a Sra. Claudia Severo e é nomeada como suplente a Srta. Sabrina Schneider. O presidente apresentou os convidados senhores Paulo Furtado que neste ato esta representou a Seaside, Flavio Furtado representando a Itajaí Participações e o Sr. Edmir Pinto Jr, representando a NWO Arquitetura, o presidente colocou em votação o direito a palavra dos referidos convidados o que foi aprovado por unanimidade, estava presente também, porem não quis direito a se pronunciar o Arq. Titto Arruda neste ato representando o projeto do Sacolão Provesi. **II – aprovação da pauta:** O Presidente apresentou a pauta que foi enviada previamente a todos os conselheiros na convocação e foi aberto para sugestões e não havendo, a pauta foi colocada em votação sendo aprovada por unanimidade. **III – Debate e votação da ata da reunião anterior:** Foi colocada em apreciação e debate a ata da 101ª reunião do CMGDT, não havendo debates a mesma foi votada e aprovada por unanimidade. **IV - Apresentação, debate e votação dos assuntos em pauta:** O presidente Solicitou aos conselheiros que fosse alterado a ordem da pauta para que os assuntos correlatos seguissem em blocos, o que foi aprovado por unanimidade, desta forma as apresentações se iniciaram com a discussão do parcelamento da outorga onerosa, **Lei Complementar 94, de 22/12/2006.** Lamim explicou que segundo a Lei do Plano Diretor no Art. 16, parágrafo único, a quitação do direito de construir, outorga onerosa deve ocorrer em até 06 (seis) meses da sua emissão, sendo que a liberação do HABITE-SE fica vinculado a quitação de todos os débitos, disse ainda que a Secretaria de Urbanismo entende que a Outorga Onerosa é um grande instrumento de planejamento urbano e que no formato atual, esse instrumento esta se tornando inviável; reforçou que para os construtores está sendo mais viável negociar com os proprietários dos terrenos vizinhos para elevar os seus índices construtivos. O presidente disse que a possibilidade de parcelamento deve facilitar a adesão das construtoras, porém, o conselho não tem o poder de alterar esta Lei, sendo assim se esta dando o primeiro passo, consultando o conselho sobre a possibilidade de parcelamento do solo criado, reforçou que se aprovado no plenário do CMGDT, o próximo passo será uma consulta popular, uma audiência pública e uma terceira etapa que seria a aprovação na Câmara de Vereadores. Em seguida o presidente falou que a formatação do parcelamento será feita mediante debates futuros e abriu a palavra aos conselheiros. O Conselheiro Eduardo

ATA DA 102ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMGDT

disse que esta é uma solicitação antiga do SINDUSCON, deu a idéia de que o parcelamento seja feita em até 36 meses em parcelas iguais e corrigidas mensalmente, disse que se vincular uma entrada, isso também pode interferir na adesão do projeto. A Conselheira Flavia questionou se a intenção é padronizar uma regra geral para todas as propostas ou se cada caso será analisado individualmente, sugeriu que se defina um valor mínimo das parcelas e que os valores sejam indexados por algum fator e que a parcela mínima também seja vinculada a algum indexador, como por exemplo, o CUB, o presidente reforçou que a discussão dos prazos, formatos e valores, vão ser discutidas mais a frente em audiência pública. O Conselheiro Luiz Fernando acha que 36 meses é um prazo muito longo e que se deva limitar em 24 parcelas. Mauro falou que o HABITE-SE deverá ser vinculado à quitação, desta forma em alguns casos será de interesse do empresário a quitação antecipada. A conselheira Maria Inês também concordou com os limites de valores e parcelas. Lamim reforçou que a deliberação deva se restringir entre aprovar o parcelamento ou não, mesmo porque, tudo pode ser alterado lá na frente. João Paulo é favorável que se limite em 36 parcelas, independente se o prazo de execução ultrapasse este prazo. Não havendo mais discussão, o presidente colocou em votação a deliberação do direito de parcelamento da Outorga Onerosa vinculando o HABITE-SE com a quitação de todos os débitos, que se defina um valor mínimo de parcela vinculada a um indexador e que o limite máximo do parcelamento fique entre 24 e 36 meses. Aberta a votação e aprovado pela maioria do plenário, sendo contrários os representantes da Associação dos moradores dos bairros de Cabeçadas e São João. **O segundo assunto de pauta foi apresentado o conflito quanto a legislação sobre os mezaninos,** segundo Rodrigo Lamim a Lei de Zoneamento 215/2012, considera que o pavimento térreo possa ter 6,20 metros de altura, e se nesses 6,20 metros for construído um mezanino, o mesmo não contará como pavimento, como existem conflitos de interpretação, baseado na Lei Ordinária 2.763/1992 – Código de obras, caracteriza-se o mezanino como andar intermediário, com área não superior a 1/3 (um terço) do pavimento que lhe for inferior. Em 31 de dezembro de 2012, publicou-se a Lei Complementar 215/2012 – Lei de Zoneamento que apesar de não indicar em seu corpo a caracterização de mezanino, em seu Anexo II, indica que **“no térreo com altura de 6,20 metros, o mezanino não é considerado pavimento”**. Segundo parecer jurídico baseado em jurisprudência, considera-se de forma segura que no térreo com 6,20 metros de altura com mezanino, o mezanino não é considerado pavimento. E que o mezanino é caracterizado quando atingir uma área total inferior a área de projeção do maior pios do embasamento. Desta forma a discussão foi trazida ao conselho para que se delibere definitivamente um entendimento sobre a matéria. Sendo assim o presidente abriu o debate. Foi dada a palavra ao Sr. Edmir Pinto para que ilustrasse com uma maquete a interpretação da aplicação do mezanino, o mesmo apresentou e defendeu a tese de que a área do mezanino não interfere na altura da edificação e que se for liberado a utilização de até 99% esse espaço poderá ser utilizado para varias finalidades. O Presidente explicou que apesar de já ter posição favorável no judiciário, ele acredita que um parecer do conselho também trará mais credibilidade nas análises dos projetos. Em seguida Maria Inês questionou se a metragem quadrada construída do mezanino é computada na escritura e se é tributada, Lamim afirmou que a área construída é computada, porém não interfere no índice de ocupação. João Paulo complementou o conceito de mezanino, disse que não é simplesmente um piso a mais e sim uma área anexada ao pé direito onde o acesso deve ser feito pelo térreo que lhe da origem. A Conselheira Flávia afirmou que o fato de utilizar o mezanino para criar uma sobreloja, isso vai ajudar na locação do espaço. Luiz Fernando afirmou que mezanino com 99% é inviável, sugere que o mesmo tenha um limitador. João Paulo explicou que se o mezanino não der condições de segurança, o corpo de bombeiros será o primeiro a barrar o projeto, disse que hoje os analistas trabalham sobre pressão na análise e gerenciamento desse conflito e o que se está discutindo hoje é o fato de se limitar em 30% o mezanino ou não, e que nas próximas discussões com certeza se buscará limitar de forma coerente o índice de aplicabilidade do mezanino. Eduardo sugeriu que se encaminhe o parecer onde se leve em consideração o lado jurídico e o lado técnico. Evelise questionou se o conselho fará uma resolução orientando o conceito e o presidente se posicionou afirmativamente. Não tendo mais discussão foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Dando

ATA DA 102ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMGDT

continuidade foi apresentada a solicitação de consulta prévia (Protocolo nº 7869 e 7870/2017) requerida por Seaside Com. Exterior Ltda, CNPJ 14.387.865/0001-67, para a instalação de Terminal de combustíveis na Rua Blumenau, 388 e 587, Bairro São João. Foi apresentada a localização e dada a palavra ao Sr. Paulo Furtado que explicou através de apresentação em projeção. Aberto a discussão o Sr. Josemar já se posicionou terminantemente contra, explicou que a cidade a tempos atrás retirou do bairro cordeiros os terminais petrolíferos que foram relocados em outro bairro, acredita que a população do bairro São João não precisa passar por esta preocupação e que isso é um retrocesso. Paulo Furtado explicou que na maioria das cidades portuárias os terminais petrolíferos se localizam em meio a zona urbana e que a transferência dos terminais de cordeiros foi devido aos oleodutos que por lá passam. João Paulo citou exemplos de outros portos que atuam desta forma, disse que a questão de segurança hoje em dia está muito avançada. Josemar se pronunciou com respeito as opiniões contrárias, porém não acredita na política de controle brasileiro e sugeriu que o terminal fosse implantado em um bairro mais afastado. Luiz Fernando acatou a posição do Josemar e disse que riscos sempre serão iminentes. Flávio Furtado disse que todos os riscos serão analisados antes da implantação e se for verificado a impossibilidade o projeto não será implantado. Não tendo mais discussão, foi colocado em votação e aprovada por maioria do plenário, sendo que os representantes das Associações do moradores dos bairros São João, Cabeçadas e UNIBRAVA solicitaram que fossem registrados em ata os seus votos contrários. Dando sequencia foi colocada em discussão a solicitação conforme o protocolo **8264/2017**, requerido por Associação Comunitária Nilson Lourenço dos Santos, CNPJ 76.698.174/0001-31, para permissão de emissão de alvará de funcionamento de atividades de lazer e cultura, sociedades culturais, na Rua São Joaquim, 339, São Vicente. Apresentada a localização foi aberta a discussão, não havendo discussão foi colocado em votação e aprovado por unanimidade pelo plenário. Solicitação conforme o protocolo **7486/2017**, requerido por Israel José Mafra, CPF 512.483.897-53, para permissão de emissão de alvará de funcionamento de atividades de lazer e cultura, casa noturna, na Rua José Siqueira, 62, Ressacada. Apresentada a localização foi aberta a discussão e explicado a finalidade, Maria Inês questionou se teve algum detalhamento e foi respondida que não. Em deliberação, foi aprovado por maioria do plenário, sendo que não houve solicitação de registro em ata dos votos contrários. Solicitação conforme o protocolo **8507/2017**, requerido por Igreja Evangélica Reviver, CNPJ 11.579.867/0001-60, para permissão de emissão de alvará de instalação de atividades de lazer e cultura, templo religioso, na Rua Benjamin Franklin Pereira, 458, São João. Foi apresentada a localização e colocado em discussão. Não havendo discussão foi colocado em deliberação e aprovado por maioria do plenário, sendo que não houve solicitação de registro em ata do voto contrário. Solicitação conforme o protocolo **9185/2017**, requerido por Igreja Mundial do Poder de Deus, CNPJ 02.415.538/0001-47, para permissão de emissão de alvará de instalação de atividades de lazer e cultura, templo religioso, na Rua Heitor Liberato, 2282, São Judas. Apresentada a localização e aberta a debates, não havendo pronunciamento foi colocado em votação e aprovada por maioria do plenário, sendo que houve apenas uma abstenção que não solicitou o registro em ata. Solicitação conforme o protocolo **8981/2017**, solicitado por Fabiano João Sedrez, CPF 886.600.109-06, para permissão de emissão de alvará de funcionamento de atividades de lazer e cultura, campos desportivos, na Rua Carlos Mafra, antiga continuação da Estefano José Vanolli, São Vicente. Apresentada o local e aberto a discussão, não havendo pronunciamento foi aberto votação e aprovado por unanimidade. Solicitação conforme o protocolo **4435/2017**, requerido por Osnildo Erico Provesi, CPF 682.385.929-68, para permissão de emissão de alvará de construção de uma obra de 1.168,59m², na Rua Alfredo Kleis, 450, São Vicente. Apresentada a localização foi aberta a discussão e não havendo pronunciamento foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. Solicitação conforme o protocolo **11797/2016**, requerido por Luciano Dias EPP, CNPJ 15.288.740/0001-42, para permissão de emissão de alvará para regularização de uma unidade industrial, para beneficiamento de resíduos classe IIb, transformação de madeiras da construção civil em cavaco, na Rua João Thomaz Pinto, S/N, Canhanduba. Apresentada a localização e aberta a debates, não havendo quem se pronunciasse, foi colocado em votação e aprovada por unanimidade. Solicitação conforme o proto-

ATA DA 102ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMGDT

colo **7865/2017**, requerido por Van Gogh Empreendimentos EIRELI, CNPJ 20.017.467/0001-51, para permissão de emissão de alvará de construção de uma obra de 1.388,81 m², na Rua Brusque, 552, Centro. Apresentada a localização e aberta a debates, não havendo pronunciamento, foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Solicitação conforme o protocolo **5882/2017**, requerido por Guilherme Werner Walter, CPF 041.755.219-09, para permissão de emissão de alvará de construção de atividades de lazer e cultura, quadras desportivas, na Rua Lauro Muller, esquina com Rua João Luiz Gonçalves, Fazenda. Apresentada a localização e disponibilizado o projeto a quem quisesse analisar, porém como não houve pronunciamento, foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Solicitação conforme o protocolo **1012/2017**, requerido por LC Construtora e Incorporadora Ltda, CNPJ 28.769.958/0001-60, que solicita a OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR, conforme LEI 214/12, com coeficiente de aproveitamento de 0,07% referente à área adicional de 45,23 m², na Juvenal Garcia, 454, centro. Apresentada a localização, o presidente também apresentou a tabela onde explicou que o adicional de 45,23 m² em julho de 2017 representavam R\$ 23.340,31 (vinte e três mil e trezentos e quarenta reais e trinta e um centavos) de contrapartida de outorga onerosa. Aberto a discussão e não havendo pronunciamentos, foi colocado em votação e aprovado por maioria do conselho, sendo que houve dois votos contrários das Associações dos Moradores dos bairros São João e Cabeçadas. Solicitação conforme protocolo **5639/2017**, **originário do processo 2150108/2012, 5074/2016 e 540025/2017**, requerido por MACODESC S.A. INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS, o presidente explicou que a requerente apresentou pedido de liberação de alvará de construção do Edifício Residencial PORTO MARINA, localizado na Rua Onze de Junho no Bairro Fazenda, com área total de 11.491,72m², em 03.05.2016, processo nº. 0005074/2016, já que havia sido liberado somente um alvará parcial de 10.341,41m², em razão da condicionante a quitação da outorga do solo criado devidamente aprovado pelo CMGDT (Edição nº 1371 – 05/09/2014 – Ano XIV do Jornal do Município, pag. 43/44) no valor de R\$ 441.716,93 adimplidos, disse que após diversas análises e reuniões foi exarado somente em 30/03/2017 e disponibilizado somente em 11/04/2017 pela Secretaria de Urbanismo o Relatório de Análise, processo 0540025/2017, onde a empresa foi orientada a ingressar com o pedido de substituição do projeto para nova análise via Praça do Cidadão, em razão de ter sido identificado diferença na área do terreno, uma vez que o arquiteto erroneamente computou a área do passeio para cálculo dos índices de construção. Em 12/05/2017 a empresa cumpriu com todo o requerido e em razão do novo cálculo foi identificado que a taxa de ocupação extrapolou 5,96% do permitido, além da necessidade de aprovação de uma diferença da outorga de potencial construtivo (solo criado). Em 21/07/2017 a Assessoria Jurídica da SMU, entregou cópia do despacho que prevê a possibilidade de aquisição da outorga onerosa através de aquisição da diferença do solo criado, bem como a formalização de um TAC como medida compensatória em razão da taxa de ocupação ter excedido em 5,96% (no 2º, 3º e 4º pavimento de garagem). Informou que foi condicionada a formalização do TAC e pagamento da outorga ao parecer da Procuradoria Geral do Município bem como a aprovação do Conselho Municipal de Desenvolvimento e Gestão Territorial. Ressalta-se que a empresa depende da aprovação do Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial para realizar o pagamento da outorga da diferença do solo criado no importe de R\$156.121,53 atualizado pelo CUB de julho de 2017, bem como formalizar o TAC para pagamento da medida compensatória no valor de R\$141.556,89 deduzido do crédito pago a maior de R\$27.050,71, devidamente atualizados, qual será destinado a reforma da Igreja Imaculada Conceição. Ainda se destaca que o processo de pedido de habite-se já se encontra em tramitação junto a Secretaria da Fazenda, Processo 1900085/2017, aguardando a apresentação do alvará total para cálculo da taxa de habite-se e prosseguimento de liberação da conclusão de obra, uma vez que esta está totalmente finalizada e com as demais licenças, como o habite-se dos Bombeiros, já expedidas. Diante do contexto apresentado, foi requerido e será votado separadamente; 1º a outorga da diferença do potencial construtivo no valor de R\$ 156.121,53 (cento e cinquenta e seis mil, cento e vinte e um reais e cinquenta e três centavos) como contrapartida financeira referente a diferença do solo criado, isto atualizado pelo CUB do mês de 07/2017; e 2º a formalização do TAC em decorrência de haver ultrapassado

ATA DA 102ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMGDT

em 5,96% a taxa de ocupação, atualmente no valor de R\$ 141.556,89 (cento e quarenta e um mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e oitenta e nove centavos) como medida compensatória que deverá ser revertida a obra de restauro da Igreja Imaculada Conceição, deduzido do crédito de recolhimento a maior referente ao TAC anterior de R\$27.050,71, valor este originário, qual deverá ser atualizado e assim, objeto de compensação; Foi apresentada a localização onde se encontra o imóvel e aberto a discussões sobre a diferença de outorga onerosa, não havendo pronunciamento foi colocado em votação e aprovado por maioria do plenário, com votos contrários dos representantes das Associações dos Moradores dos bairros São João e Praia Brava (UNIBRAVA). Em seguida foi colocada em discussão a questão da proposta do TAC. Lamim explicou como foi efetuado o cálculo da contra partida no Termo de Ajuste de Conduta que é de 40% do VGV (Valor Geral de Vendas) sobre a área que ultrapassou os limites, lembrou que com este percentual, buscou-se anular qualquer rentabilidade sobre o limite extrapolado, para que se coíba esta prática. Conselheiro Eduardo reforçou que o SINDUSCOU é terminantemente contra este tipo de pratica e cem por cento a favor da punição. Não havendo mais pronunciamentos pertinentes ao assunto do TAC, foi colocado em votação e aprovado por maioria do plenário, com voto contrário da UNIBRAVA. Em seguida foi apresentada a solicitação da Secretaria de Habitação para utilização do FM-DU com referência a C.I. nº **322/2017/SEHAB**. Presidente solicitou que os representantes da Secretaria apresentassem os motivos da reivindicação, a Sra. Elen Cristina soares Neves explicou que baseado na LEI Nº 4509 de 22 de dezembro de 2005, cria o fundo municipal de habitação popular de Itajaí e constitui o conselho municipal de habitação e dá outras providências, que diz no Art. 3º inciso VI que os recursos serão oriundos de produto de arrecadação de taxas e de multas ligadas a licenciamento de obras e infrações às normas urbanísticas em geral, administrativas e posturais e outras ações tributáveis ou penalizáveis que guardem relação com o desenvolvimento urbano em geral; explicou que devido as catástrofes climáticas ocorridas desde 2008, a Secretaria de Habitação está com seu orçamento comprometido com a folha de pagamento e com o pagamento de alugueis sociais, desta forma não sobra verba para investir em novas moradias e se livrar dessa despesa que hoje gira em torno de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) por ano. Baseado nesta realidade é que se pensou em recorrer ao FMDU, para que aos poucos se fosse resolvendo os problemas de moradias sociais, afirmou que a Prefeitura possui vários terrenos onde se pode implantar essas pessoas que hoje dependem do aluguel social e que a verba seria para construção de moradias. O presidente esclareceu que no estatuto da cidade, a aplicação dos recursos oriundos de outorga onerosa tem como uma das prioridades o investimento em unidades habitacionais, e no plano diretor também consta como uma prioridade; Lamim deu a sugestão de que a Secretaria de Habitação monte um projeto mais objetivo, traçando o local, os projetos habitacionais quantificando o número de unidades e o custo de execução do projeto, desta forma o plenário poderá julgar o quanto de valor poderá ser disponibilizado, salientou Rodrigo que o pleito é legítimo e previsto em Lei. Abriu a discussão e o conselheiro Eduardo concordou com a legitimidade, porém acredita que o assunto deverá ser previamente discutido em comissão montada para este fim específico, lembrou que ele mesmo já solicitou outras vezes que se fizesse o levantamento de todos os terrenos de propriedade do município que fossem aptos a construção de loteamentos populares e já se deixasse pronto e aprovado os projetos para que se pudesse fazer o planejamento de execução dos mesmos. Eduardo salientou que de posse dos projetos, se poderá utilizar de TACs para executar as obras, evitando a burocracia normal nos tramites legais. A conselheira Flavia acredita que se deveria criar ZEIS nesses lotes antes de se fazer os projetos, Lamim informou que não haveria necessidade, pois o município possui lotes padrões onde poderão ser construídos imóveis geminados sem a necessidade de alteração. Por não se tratar de deliberação e sim de encaminhamento, fica registrado que a secretaria de habitação fica autorizada a apresentar os projetos sociais de habitação para futuras deliberações junto aos CMGDT. O ultimo assunto da reunião é a solicitação da conselheira Flavia na 101ª reunião, referente a reanalise dos termos deliberados na ata da 76ª reunião do conselho de 24/05/2016 que defere o uso CS3/ I3 – referente ao protocolo nº 1230130/2016 para GDC Alimentos, na Rua Vereador Germano Luiz Vieira, 6457 - Arraial dos Cunha, Itajaí/SC, tendo

ATA DA 102ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMGDT

em vista que a referida planta vem trazendo transtornos constantes a população daquela região. O presidente informou que naquela tarde, foi procurado pelos representantes da GDC que já sabiam que o referido assunto estaria em pauta nesta reunião, e que se colocaram a disposição em estarem presentes caso fosse necessário, Lamim disse ainda que os mesmos informaram que a questão do odor estava praticamente resolvida, informou ainda que foi trazida a deliberação da fábrica de latas e desta forma foi passado a palavra a conselheira Flavia que explicou pelo que ela lembra, ouve uma segunda solicitando a correção posterior, o que a comunidade quer saber é se ela esta trabalhando com ou sem alvará. O Presidente informou que o empreendimento é passivo de alvará provisório e que ele não tem a informação oficial, sendo assim Lamim solicitou a conselheira que se possível viesse até a Secretaria de Urbanismo e tirasse essas dúvidas com o Fiscal Cesar Brumm. Sendo assim o assunto ficou de ser reapresentado na próxima reunião já com as informações obtidas pela conselheira Flávia junto a SMU. **V – apresentação de propostas de pauta para a próxima reunião:** Não havendo sugestões se abriu espaço para as manifestações gerais. **VI – manifestações gerais:** Josemar solicitou acesso aos materiais de apresentação da solicitação da Seaside, que foi autorizado o secretário pelo presidente a repassar para o mesmo. Luiz Fernando acredita que os conselheiros votaram pela liberação do terminal de combustíveis sem realmente analisarem os riscos. Não havendo mais pronunciamentos. **VII – encerramento:** Nada mais tendo a relatar, a reunião foi encerrada às 20h36min (vinte horas e trinta e seis minutos), da qual se fez lavrar a presente ata lavrada por mim, Taicil Cesar da Luz, secretário, que vai assinada, pelo Presidente do Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial, Rodrigo Lamim, e pelos demais conselheiros que assim desejarem. **Itajaí/SC, 08/08/2017.** _____(secretário) _____(Presidente).